

Agrotóxico: que nome dar? *

Pesticide: how can it named?

Márcia Gomide ¹

Abstract *Workers, generally speaking, are always exposed to higher or lower risk degrees. Farmers are particularly exposed, which is demonstrated in the specialized literature. Nevertheless, papers have stated that there are, in fact, some sort of common protection law that permit them carry on their activities. This is because the majority of the employers take part in the production process to guarantee their harvests using pesticide. This paper presents a research carried out in two cities in the Southwest Piauí State using a qualitative approach in order to understand the protection mechanisms farmers perform against their occupational hazards. The outcomes reveal defensive strategies such as alcohol consumption and subletting work to younger workers. There is also the existence of some level of awareness about the risks of pesticide use to health. Considering that, the importance of the designation given to pesticides as a protection factor must be discussed and that should be more valorized in order to maximize farmers self-protection instead of insisting on the information increase or the personal protection equipments control strategies.*

Key words *Pesticide, Risk warning, Occupational health*

Resumo *Os trabalhadores, de um modo geral, estão sempre expostos a maiores ou menores intensidades de risco. Os agricultores, em particular, também estão expostos e de forma bastante estabelecida. Contudo, trabalhos têm mostrado que existe um código coletivo de proteção para lhes permitir dar continuidade às suas atividades, uma vez que, em sua maioria, os próprios donos do cultivo fazem parte do processo produtivo e, portanto, precisam garantir a sua safra aplicando os agrotóxicos. Este trabalho apresenta uma pesquisa desenvolvida com agricultores de dois municípios do sudeste do Piauí, utilizando uma abordagem qualitativa, com o intuito de compreender os mecanismos de proteção destes agricultores com a sua atividade. Os resultados apontaram para práticas defensivas tais como consumo de bebida alcoólica, a sublocação do serviço aos mais jovens e a existência de um certo grau de compreensão do risco à saúde com a utilização dos agrotóxicos. A partir daí, se discute a importância da denominação dada ao agrotóxico, como um fator de proteção que deveria ser mais valorizado para maximizar a proteção do agricultor, em vez de se manter a estratégia de aumento de informação e controle de EPI (Equipamento de Proteção Individual).*

Palavras-chave *Agrotóxico, Comunicação de risco, Saúde do trabalhador*

* Trabalho realizado com apoio financeiro da Faperj.

¹ Departamento de Saúde Comunitária, Faculdade de Medicina/UFC.
Rua Professor Costa Mendes 1608, bl. Didático, 5^a andar, 60431-970, Rodo lfo Teófilo, Fortaleza CE.
gomide@ufc.br

Introdução

Mesmo que muitas situações de risco pelas quais os trabalhadores passam sejam o resultado de decisões individuais (Fischhoff *et al.*, 1993), o utras tantas resultam do modelo de desenvolvimento vigente, das políticas públicas e das leis que regem a sociedade e seu desenvolvimento.

No contexto atual de crescimento da sociedade, a forma de produção de alimentos exige, cada vez mais, maiores quantidades por safra, levando o agricultor a utilizar produtos que *garantam* um alto rendimento, sob pena de ser alijado do mercado caso não concorde, ou não consiga, produzir da mesma forma, ou quantidade, que os concorrentes, situação que proporciona um aumento significativo de *acidentes* fatais de trabalho (Guivant, 2000).

Este quadro ultrapassa as fronteiras do individual e se torna um problema de saúde pública, na medida em que se reflete na saúde de um grupo de trabalhadores e na qualidade do produto, do meio ambiente de produção e no seu entorno imediato e indireto (Agostinetto *et al.*, 1998).

Considerando os possíveis danos que a exposição aos produtos químicos potencialmente tóxicos utilizados no cultivo de alimentos podem causar à saúde humana e ao meio ambiente e que a forma com que se lida com tais produtos é significativa para o agravamento da situação de risco (Moreira *et al.*, 2002), é necessário, enquanto não se encontra uma solução definitiva, pensar-se em mecanismos que possam minimizar os riscos. Contudo, antes de qualquer sugestão, é fundamental compreender qual é a visão deste grupo de trabalhadores perante os riscos de sua atividade e como esta pode ser indicativa de alguma estratégia de comunicação de risco que seja ao mesmo tempo simples, abrangente e eficiente. Segundo Moreira *et al.* (2003), a comunicação sobre agrotóxico é determinante para a contaminação humana/ambiental, tornando-se fundamental a análise do processo de comunicação humana sobre tais produtos. Sem este entendimento prévio, dificilmente estratégias de ampliação da informação ou programas de promoção de saúde poderão resultar na esperada minimização destes riscos.

Neste contexto, teve-se como objetivo identificar a maneira com que agricultores de dois municípios do Estado do Piauí percebem a utilização dos agrotóxicos em sua prática diária e

os riscos envolvidos, de forma a contribuir com as discussões e normatizações a respeito da comunicação de risco, bem como a programas de controle e normatização de uso de agrotóxicos, como diversos autores (Faria *et al.*, 2000; Ferreira *et al.*, 2000; Alleoni & Baptista, 1999) já vêm apontando.

Material e métodos

Este estudo foi desenvolvido em dois municípios do sudeste do Estado do Piauí limítrofes ao Parque Nacional Serra da Capivara, importante reserva do ecossistema de Caatinga. O município de São João do Piauí dista da capital, Teresina, cerca de 500 quilômetros a sudeste e João Costa, 36 quilômetros a mais do que o primeiro. Localizados em pleno sertão nordestino, os municípios apresentam solos profundos e pobres quimicamente, com predominância dos latossolos e areia quartzosa, nas chapadas. Os ecossistemas predominantes são os de caatinga arbórea e caatinga arbustiva (Sebrae/PI, 1998).

Atualmente a população de João Costa é de cerca de 3 mil habitantes e a de São João do Piauí não passa dos 20 mil habitantes. Contudo, segundo dados do IBGE (Brasil, 2004), a população vem crescendo a uma taxa geométrica da ordem de 0,9% ao ano. Cerca de 1/3 da população vive na zona rural, enquanto o restante vive na zona urbana, sendo que somente 27,81% representavam, em 1981, a População Economicamente Ativa. Estes dois municípios foram desmembrados em 1997. Assim sendo, a sede do município de João Costa começou a ser pavimentada somente em 2001, o que demonstra, de certa forma, as condições do município. Em ambos, a população se divide entre a sede e o interior, aí se distribuindo por diversas pequenas localidades, constituídas praticamente por agrupamentos familiares.

Segundo o IBGE (Brasil, 2004), os cultivos de castanha de caju, banana, coco da Bahia e laranja são permanentes. As culturas temporárias com preendem o algodão herbáceo, arroz, batata-doce, feijão, mandioca, milho, tomate e melancia, sendo a laranja e a mandioca os produtos mais representativos.

Na zona rural dos dois municípios, a água utilizada procede, principalmente, de poços tubulares. Não há instalações sanitárias em rede e existem pouquíssimos domicílios com fossa séptica (algumas escolas) e poucos com fossa

rudimentar. O comum é utilizar-se da própria natureza.

Metodologia

Para atingir os objetivos propostos, esta pesquisa foi realizada seguindo as premissas da Educação Ambiental, linha de estudo que permeia muitas áreas do saber. Nas décadas de 1970 e 1980, era restrita, especialmente, a escolas da rede pública (Serrão, 2002; Serrão & Gomide, 1997), mas hoje ela está presente até mesmo em grandes empresas. Este trabalho apresenta parte dos resultados do Programa de Educação Ambiental para a Saúde, que foi desenvolvido entre os anos de 2000 e 2002 nos dois municípios supracitados, ambos fazendo limite com o Parque Nacional Serra da Capivara. O Parque, reconhecido pela Unesco como patrimônio da Humanidade, há vários anos vem sendo alvo de interesse de pesquisadores de diversas áreas do saber, inclusive das ciências médicas, dadas as condições da população de seu entorno. A relação entre saúde humana e preservação ambiental motivou o desenvolvimento do referido programa, cujo objetivo geral foi o de identificar, do ponto de vista científico e institucional, quais os maiores problemas de saúde enfrentados pelas comunidades do entorno do parque, que pudessem ser minimizados por meio de ações da educação ambiental. A princípio foram levantados dados gerais sobre a história da região e sobre as pesquisas no campo da saúde pública, já realizadas nos municípios.

Foram, em seguida, definidos cinco grupos como público-alvo: professores, funcionários e alunos da rede municipal de ensino; donas de casa mães dos alunos; agricultores; agentes do PACS e profissionais do PSF. O objetivo era compreender e identificar o que havia de mais urgente em termos de saúde e de melhoria da qualidade de vida, visto que a Educação Ambiental baseia-se nos desejos e necessidades da própria comunidade para ser implementada. Para tal investigação, a estratégia metodológica utilizada é a qualitativa.

Neste artigo apresentamos a etapa do programa destinada a identificar a percepção dos agricultores no que se refere ao uso dos agrotóxicos. Foi elaborado um roteiro para a realização das entrevistas de forma estruturada, composta por perguntas abertas, registradas por meio de gravação, quando permitida pelo in-

formante, e por anotações. A proposição da pesquisa era apresentada e ressaltando-se o direito de se recusarem a participar, o que não aconteceu. Somente após a aquiescência do informante, iniciava-se a entrevista. Um pré-teste foi realizado com cinco agricultores, levando a alguns ajustes, no que se referia ao vocabulário e aos termos utilizados.

Foram entrevistados agricultores de subsistência, pequenos agricultores e grandes agricultores, partindo-se de um informante-chave para cada categoria e entrevistando-se ao menos três pessoas ou prosseguindo-se com as entrevistas até que as informações comesçassem a se repetir. As entrevistas foram realizadas na escola da comunidade, ou na propriedade do entrevistado, perfazendo um total de 19 entrevistas. Os informantes-chave foram definidos de acordo com os pressupostos de diversidade (Goldemberg, 2000) e experiência, por serem agricultores conhecidos e com boas relações nas comunidades, por terem mais de 20 anos de trabalho na lavoura/campo por possuírem propriedade/s terras identificadas localmente como de roça de sustento próprio, de venda local/regional e grandes terras/fazendas. Dois dos entrevistados se encaixaram nesta última categoria; os demais se distribuíram entre as outras duas.

Além das entrevistas, conseguiram-se, na Secretaria Municipal de Agricultura de São João do Piauí, fichas do recadastramento que vinha sendo realizado pela Emater durante o ano de 2001 em conjunto com a Secretaria de Agricultura daquele município, com o objetivo de traçar o perfil das propriedades rurais. As fichas contêm dados numéricos e descritivos das propriedades rurais, incluindo informações sobre uso de agrotóxicos e destino das embalagens e dos resíduos, dados que puderam ser utilizados para comparações com as informações passadas durante as entrevistas.

Nas entrevistas, além de se questionar sobre o uso dos agrotóxicos, perguntava-se, também, sobre sinais e sintomas relacionados à intoxicação, sobre o custo/benefício do uso dos pesticidas, sobre os cultivos mais usados e os menos procurados, bem como alternativas à utilização destes produtos químicos. Também foram abordadas questões referentes aos trabalhadores da lavoura e sobre o auxílio de mulheres e crianças. Era estimulada e explicada como lidavam com os produtos e qual destino davam às embalagens vazias.

Para esta etapa foram necessárias duas idas a campo, incluindo uma visita às propriedades

para observação participante, com forme definido por Minayo (1994), reconhecimento e confirmação das informações prestadas durante as entrevistas e um *checklist* final. Depois de levantados os dados, procedeu-se à análise do material coletado, fazendo as transcrições das fitas e a planilha com o resumo das informações conseguidas.

Resultados e discussão

Segundo Briceño-Leon (1996), somente quando se conhece o indivíduo e seu contexto torna-se possível que as ações propostas sejam eficientes e permanentes para a saúde. Isto quer dizer que nenhuma normatização, por melhor e bem-intencionada que seja, cumprirá o papel de protetora da saúde dos agricultores, se as circunstâncias desses indivíduos e de suas vidas não são levadas em consideração.

Diferente dos dados fornecidos pelo IBGE (Brasil, 2004), produtos como o algodão, tomate e a laranja não estão mais sendo cultivados devido ao seu alto custo e baixa produtividade, dadas as características do ecossistema e o alto gasto com produtos químicos. Segundo alguns relatos “já se plantou muito algodão, mas hoje não dá mais”.

Nenhum deles relatou permitir a participação ou auxílio de mulheres e crianças nesta atividade, porém, mesmo quando garantiram tomar os devidos cuidados com o armazenamento dos produtos, verificou-se que estes podiam estar “escondidos” entre os ramos dos vegetais, em galhos de árvores ou mesmo em varandas, interior ou anexos de suas residências. Segundo os entrevistados, formas de cuidado consideradas razoáveis ou boas.

O milho, o feijão e a mandioca são os produtos cultivados mais citados por todas as *categorias* de agricultores entrevistados. Alguns relatam a utilização de agrotóxicos somente quando está “na época das lagartas, nas primeiras chuvas”, enquanto outros os utilizam com periodicidade quinzenal, pelo menos. Esta diferença entre as quantidades de aplicação está diretamente relacionada à condição financeira que possibilita a compra de maior quantidade de agrotóxicos. Entretanto, mesmo o mais humilde dos agricultores identifica como fundamental para a obtenção de sua safra o uso contínuo de algum produto. Os agricultores não conseguem pensar em alguma alternativa, quando questionados sobre a possibilidade de utili-

zar outra técnica de controle das pragas. Não houve, por nenhum dos entrevistados, identificação de agrotóxicos por nome, substância ou cor.

Quando questionados se teriam alguma idéia de como melhorar a sua lavoura, todos apontaram a irrigação e a perfuração de poços como decisivas para a melhoria de seu cultivo, situação que confirma o quão insuficientes ou inacessíveis, por diversas questões, ainda são as condições de plantio para estes agricultores, apesar de essas duas tecnologias já existirem desde a década de 1960 (Rozenberg & Peres, 2003). Já os agrotóxicos estão disponíveis a estes agricultores, sem que nenhuma alternativa lhes seja dada, ou melhor, seja trabalhada e pensada com eles, respeitandose saber e cultura.

Todos os agricultores de subsistência de pequeno e médio porte entrevistados (roças para sustento e venda local) parecem conhecer, de certa forma, os perigos para a sua saúde, decorrentes do uso dos agrotóxicos. Assim, eles admitem que, em poucos anos de aplicação dos produtos, precisam contratar os mais jovens para a atividade, pois não se sentem mais em condições de o fazer. Segundo seus relatos, esses jovens são “contratados” com cerca de 17 anos e ao completarem 25 anos, ou 26, já não têm mais condições de continuar no “serviço”.

Todos conhecem alguém que já passou mal, além de muitos relatarem sua própria experiência, descrevem do sintomas como “tontura”, “estrelinhas na vista”, “dor de cabeça”, “ataca a cabeça se trabalhar muito” e náuseas. Quando se procura investigar se conseguem fazer uma associação direta do uso dos agrotóxicos com os sintomas relatados ou decorrentes, parece que tal associação se dá mais claramente nos casos de intoxicação aguda e nos de mal-estar durante o processo de aplicação, do que nas situações de seqüelas por intoxicação lenta, as quais, são, por natureza, mais difíceis de correlacionar. Como respaldoa esta suposição está o fato de ter sido observado e registrado, em diversos relatos, que para “se prevenir” dos sintomas e “agüentar melhor” durante a aplicação do produto usam a cachaça como “proteção”. Em outras palavras, segundo vários relatos *...a cachaça ajuda a agüentar melhor [os efeitos] na hora da aplicação*. Parece haver, portanto, um entendimento de que o perigo à saúde está no procedimento de aplicação do agrotóxico, não sendo perigoso depois que o agrotóxico estiver sobre o cultivo e disperso no ambiente.

Mesmo com esta constatação, observa-se que os cuidados preconizados pelas normas da

Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), não são seguidos por dois motivos principais: (1) eles não têm condições financeiras para fazerem uso de EPI (Equipamento de Proteção Individual) adequado; (2) não sabem que existem tais normas e/ou consideram que seu procedimento é o suficiente. Dentre tais procedimentos, além do consumo de cachaça, procuram fazer a aplicação pela manhã bem cedo e aplicar o produto a favor do vento.

Todos os agricultores da região se referem ao agrotóxico utilizando o termo veneno, fazendo-nos supor que possa haver uma certa compreensão de que, de fato, trata-se de um produto perigoso, *apesar de necessário*, sem ter havido um ensinamento formal prévio a respeito. Contudo, conforme apontado anteriormente, essa compreensão relativa de perigo se verifica no momento de preparação do produto, ao provar para testar a força, e pode ser bem caracterizado, também, quando apontam outros usos, tais como a aplicação intradomiciliar com o objetivo de matar e controlar o número de triatomíneos (*Triatoma infestans* – o barbeiro, transmissor da Doença de Chagas) que é endêmico na região (Ramos Júnior & Carvalho, 2001) e a utilização de galões como mobiliário doméstico.

Quanto ao destino que dão às embalagens, este pode variar desde deixá-las “largadas na roça”, ou *escondidas*, até reaproveitamento doméstico, só terra mento ou queima. A triplíce lavagem não é realizada tanto por desconhecimento como por falta de água para este fim. Entretanto esta recomendação, de fato, é bastante controversa e notadamente rejeitada pelos ambientalistas por ser uma forma de dispersar os resíduos tóxicos da embalagem nos solos, subsolos e cursos de água (Vieira, 1995).

No que se refere ao conhecimento sobre as formas de aplicação, de preparo (dissolução), adequação, indicação ou especificidades do produto foi verificado que inexistem quaisquer conhecimentos técnicos. Não há nenhum procedimento apontado nas normas ou na bula que seja seguido, desde a venda até o destino da embalagem. Os agricultores, em sua esmagadora maioria, não sabem ou não dominam a leitura, resolvendo a questão através de sua própria produção cultural de conhecimento. De um modo geral não identificam marcas nem indicações, escolhendo o produto de acordo com o que acreditam ser o mais forte, “reconhecimento feito” pelo cheiro ou pelo gosto. Às vezes, podem misturar produtos para torná-los

“mais poderosos”. Adquirem o agrotóxico em lojas da cidade, sem receita e sem aconselhamento de profissional especializado. Houve somente um relato de uma visita de um técnico em João Costa e algumas informações vagas sobre tal atividade nas fichas de cadastramento, que somavam, naquela ocasião, mais de mil já preenchidas.

Somente os agricultores com um grau de escolaridade um pouco maior e com uma situação financeira melhor têm algum conhecimento sobre as diferentes especificações dos agrotóxicos. Entretanto, este conhecimento não pareceu suficiente para garantir o seguimento das recomendações.

Observando os comportamentos adaptativos destes agricultores nordestinos e os agricultores da região sul estudados por Guivant (1994), alguns pontos chamam a atenção. Neste estudo a pesquisadora, ao analisar a percepção dos agricultores da Grande Florianópolis sobre os riscos decorrentes do uso de agrotóxicos, aponta o termo “remédio” como referência feita ao agrotóxico pelos agricultores, situação bastante explícita na frase dita por um de seus entrevistados: “toda planta tem que ter o seu remédio”. Este *fatalismo químico* identificado por Guivant não pareceu tão evidente dentre os discursos dos entrevistados no presente estudo, apesar da referência à importância da utilização do agrotóxico para garantir a safra.

Os sulistas se vêem como heróis ao resistirem aos efeitos dos agrotóxicos considerando que é um trabalho masculino e, portanto, somente “os fortes” se mantêm atuantes, e os que sucumbem, ou “são fracos”, ou tiveram azar ou ainda são considerados “mocinhas” a quem eles pretendem seguir as normas de segurança, em uma postura que, segundo Guivant (1994), caracteriza uma “ideologia ocupacional defensiva” que explica a negação do perigo. Enquanto isso, os piauienses, ao contratar jovens para assumirem o papel de aplicadores de agrotóxicos, demonstram um certo grau de reconhecimento do dano à saúde, causado por esta prática. Este é um mecanismo coletivo em contradição como forma de proteção, mas que não impede a continuidade e a expansão da situação, já que sempre haverá jovens precisando daquele salário de aplicador/borrifador de agrotóxicos.

Apesar de os agricultores entrevistados no presente estudo terem a noção de que não estão lidando com *remédios* e sim com *venenos*, isso não os torna mais protegidos; ao contrário, os cuidados no preparo e aplicação prati-

camente não são seguidos, ou o são de forma incipiente. Da mesma forma que os sulistas, os nordestinos entrevistados não conseguem ver sua safra garantida se não fizerem uso dos agrotóxicos e só não os utilizam aqueles que não têm condições de comprá-los. Estes, em sua maioria, são agricultores de subsistência ou associados à prática de um *micro* circuito comercial existente entre as localidades.

Em pesquisa realizada por Agostinetto *et al.* (1998), também com agricultores da região sul do país, em Pelotas, RS, os cuidados individuais são restritos a hábitos como o de utilizar as mãos e a boca para desentupir seus pulverizadores, assemelhando-se com o hábito dos agricultores destes dois municípios piauienses, que testam seus produtos com a mão ou através do paladar, crenço que o “gosto forte” é a certeza de qualidade. Este comportamento coletivo faz com que não se sintam em risco, dando-lhes a sensação de proteção, por meio de um mecanismo de adaptação coletiva ao risco (Guivant, 1994), o que lhes “garante” a possibilidade de continuarem em suas atividades.

O termo remédio também foi identificado como o mais usual dentre agricultores do Estado do Rio de Janeiro, em comunidades visitadas rotineiramente pela Emater. Dos 40 agricultores entrevistados por Castro (1999), 97% utilizavam o termo, não o identificando como uma grave ameaça à saúde ou ao ambiente. Destes, 27% identificam os produtos químicos como a solução prática e eficiente, enquanto 70% dos entrevistados percebem o risco do agrotóxico, mas não vêem como mudar de estratégia. Os 3% dos agricultores que não se referiram ao agrotóxico como remédio, não mantêm cultivos que dependam de agrotóxicos desde que sofreram uma intoxicação aguda.

Certamente a utilização destes dois termos “opostos” – *veneno e remédio* – se faz notar dentre as diversas regiões brasileiras. Entretanto a difusão do termo veneno, aliado à importância de gerenciamento das situações de risco (Freitas, 2000) e ao crescente número de vítimas de intoxicações no Brasil e no mundo, é forte indicativo da urgência em se implementar novas estratégias de comunicação de risco, de políticas públicas e programas de educação direcionados a esta temática (Peres & Moreira, 2003). Além disto não se pode discutir percepção de risco sem considerar as peculiaridades relacionadas aos fatores sociais e culturais aos quais tal percepção estaria relacionada (Slovic, 1987).

Entretanto é fundamental examinar a questão da utilização destes dois termos, como aponta Peres & Moreira (2003), em um sentido socioeconômico, visto serem as regiões aqui comparadas profundamente diferentes em diversos aspectos sociais e econômicos. Enquanto os agricultores sulistas do estudo, segundo Guivant (1994), desconsideram, por exemplo, as informações dadas pelos técnicos, os agricultores piauienses deste estudo sequer fizeram alusão à situação, por este profissional simplesmente não fazer parte de seu cotidiano e, portanto, não ter uma opinião ou posicionamento a respeito da qualidade e importância deste serviço. Apesar de garantir por lei, não há técnicos e nem fiscalização, e os produtores utilizam os agrotóxicos sem contar com assistência eficiente para se protegerem dos riscos (Guivant, 2000).

Talvez, pelo fato de as grandes empresas fabricantes de agrotóxicos estarem localizadas na região sul-sudeste, aliado a diversos outros fatores de ordem histórica, sociopolítica e econômica, menos *programas e propagandas* cheguem aos piauienses, deixando-os, de certa forma, distantes de uma prática de *maquiagem* destes produtos químicos, que modificam a imagem de veneno, *transformando-os* em remédio, prática que, segundo estudos de Peres & Rozemberg (2003), auxilia nas vendas, não protege os agricultores e, ao contrário, é capaz de sujeitá-los, justamente, às situações que devem ser evitadas.

É importante observar que muitas destas indústrias têm programas de educação ambiental voltados para as comunidades de seu entorno constituindo-se estas, portanto, em consumidoras *imediatas*, aptas a *formarem uma opinião* positiva ou negativa do produto. E justamente nestas regiões, onde se concentram tais indústrias, os agrotóxicos são denominados como remédios. Nota-se, portanto, que não é suficiente que a comunicação de risco seja voltada basicamente para as bulas e rótulos ou normatizações. São necessários, além do acompanhamento de tais programas de educação ambiental e de folhetos de propaganda fornecidos pelos produtores de agrotóxicos – já que a mídia tem grande influência sobre a sociedade –, programas de educação rural, como bem apontam Rozemberg & Peres (2003).

Será possível, portanto, considerar que a forma com que se denominam regionalmente os agrotóxicos possa, em alguma escala, estar protegendo a saúde dos agricultores piauienses?

Mesmo considerando que, para alguns produtos químicos, uma única exposição basta para comprometer a saúde de uma pessoa, será que o menor tempo de exposição do agricultor piauiense, dada esta prática de “sublocação” de atividade, poderia estar minimizando, de alguma forma, o impacto dos agrotóxicos sobre o organismo, apesar de acabar por colocar outros indivíduos em contato? Ou seja, esta adaptação coletiva estaria diminuindo a exposição individual e aumentando o risco coletivo?

Longe de ser esta prática a solução ideal e mesmo sem poder avaliar o grau de exposição aos diferentes produtos utilizados, dada a prática da mistura aleatória de pesticidas por esta população, se deveria pensar no poder das palavras que nomeiam os elementos de nosso cotidiano, mais do que propriamente na quantidade de informação considerada necessária aos procedimentos adequados ao manuseio dos agrotóxicos. É preciso considerar que, além da forma de comunicação, de interpretação e da lógica de construção do conhecimento das populações rurais diferir desta produção, pelas comunidades urbanas (Rozemberg & Peres, 2003), há a dificuldade, ou mesmo incapacidade, de assimilação de conteúdos altamente técnicos, em linguagem desconhecida *culturalmente e regionalmente*, que tornam ainda mais distantes quaisquer possibilidades de se minimizarem riscos através de uma *simples lista* de procedimentos. Seria minimamente sensato coibir, portanto, a utilização do termo remédio como denominação de produtos altamente tóxicos.

De acordo com Teixeira & Cyrino (2003), quando discutem os pensamentos de LeBon, estudar “cientificamente” a sugestibilidade das populações possibilita que se atue sobre ela. E, ainda segundo estes autores, o que é crença pode converter-se rapidamente em opinião. Considerando o contexto estudado, é possível admitir que a falta de leitura e o grande número de analfabetos, leve, facilmente, a esta conversão. A opinião transforma-se em verdade e esta em prática e, segundo Briceño-León (1996), as pessoas atuam de acordo com os valores herdados ou aprendidos de experiências passadas, as quais vão determinar as decisões comportamentais do presente. Seria estratégico aproveitar esta rede de transformação da informação e manutenção de comportamentos para difusão do uso do termo veneno como uma forma de rever a crença de que *agrotóxico é remédio* e se estabelecer concretamente esta reaprendizagem, ou redecodificação. E, ainda

segundo este autor, para que se modifiquem quaisquer circunstâncias é preciso mudar as pessoas.

Ao se partir da perspectiva já difundida por um grupo de agricultores, utilizando sua linguagem como mecanismo de aproximação entre a informação técnica necessária e a prática de utilização dos agrotóxicos, seria possível viabilizar uma maior eficiência na comunicação de risco. Além disso, como aponta Santos (2003), a saúde não deve ser tratada somente do ponto de vista técnico; é importante que seja abordada do ponto de vista filosófico, subordinado às práticas e aos recursos, mas não de forma determinista. Trata-se, antes de tudo, de se buscar uma solução para um problema de cunho social, resultado do modelo capitalista e consumista, de distribuição desigual. Portanto, ainda citando Santos (2003), não será com base somente na *técnica* que o problema – da alimentação/produção de alimentos – terá solução.

Prova de que o problema é de fundo social e não informativo reside no fato de, mesmo que os agricultores da região aqui estudada subsistissem e quisessem utilizar EPI e seguir todas as recomendações de segurança estabelecidas, eles não teriam recursos financeiros para fazê-lo. Dado o contexto histórico que implica a condição de vida destes agricultores e o seu comportamento coletivo de enfrentamento dos riscos aos quais estão expostos, faz-se urgente definir políticas de saúde e de comunicação de risco que, ao menos, levem em consideração a diversidade cultural, que superem a demora na democratização do conhecimento e da cidadania e que, acima de tudo, ouçam e entendam as necessidades destes agricultores.

Conclusão

Os agricultores entrevistados têm um senso de perigo ao utilizarem agrotóxicos, apesar de não seguirem praticamente nenhuma das recomendações preconizadas nas bulas dos produtos. Sua adaptação a este senso de perigo foi a prática de *terceirizar* o serviço na medida em que o aplicador começa a apresentar sinais e sintomas de intoxicação repetitivos e mais ou menos prolongados que dificultem ou o impossibilitem de trabalhar. Consideram que o agrotóxico é um veneno e assim o denominam. Esta constatação deveria levar a uma reflexão a respeito não só da importância do significado dos termos utilizados para denominar os agrotóxi-

cos pelos diferentes segmentos envolvidos, mas também, e principalmente, da urgência em se ponderar as peculiaridades regionais na construção de mensagens educativas específicas e estratégias de comunicação de risco, que sejam contextualizadas e localizadas, em lugar de dirigidas a toda e qualquer situação, indiscrimi-

nadamente, de forma universal e homogênea, sem respeitar as diversidades deste vasto país. E, por fim, diante de tantas discussões importantes apresentadas por diversos especialistas nesta área, ao longo dos últimos anos, já se pode responder objetivamente que agrotóxico não é remédio e sim veneno.

Referências bibliográficas

- Agostinetto D, Pu chalski LEA, Azevedo R, Storch G, Bezerra AJA & Grützmacher A D 1998. Utilização de equipamentos de proteção individual e intoxicações por agrotóxicos entre fumicultores do município de Pelotas – RS. *Pesticidas R. Ecotoxicologia. e Meio Ambiente* 8:45-56.
- Alleoni B & Baptista G. de C 1999. Resíduos de deltametrina em grãos de milho (*Zea mays L*), determinados por cromatografia em fase gasosa. *Revista de Toxicologia* 12(1):21-25.
- Brasil. Ministério da Saúde 2004. Secretaria Estadual de Saúde – *Datasus* 2004.
- Briceno-Leon R 1996. Siete tesis sobre la educación sanitaria para la participación comunitaria. *Cadernos de Saúde Pública* 12(1):7-30.
- Castro JSM 1999. *Práticas de uso de agrotóxicos no município de Cachoeiras de Macacu, RJ: um de saúde ambiental*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro.
- Faria NMX, Facchini LA & Tomasi E 2000. Processo de produção rural e saúde na serra gaúcha: um estudo descritivo. *Cadernos de Saúde Pública* 16(1):115-128.
- Ferreira HP, Filhote MIF, Haikel CN & Carvalho TA 2000. Monitoramento dos riscos e efeitos à saúde de agentes comunitários expostos ocupacionalmente aos organofosforados. Estudo ocupacional, clínico e neuropsicológico. *Cadernos Saúde Coletiva* 8(1):27-38.
- Fischhoff B, Bostrom A & Quadrel MJ 1993. Risk Perception and Communication. *Annual Review Public Health* 14: 183-203.
- Freitas CM 2000. A contribuição dos estudos de percepção de riscos na avaliação e no gerenciamento de riscos relacionados aos resíduos perigosos, pp. 111-128. In CLS Sissino & RM Oliveira (orgs.). *Resíduos sólidos, ambiente e saúde: uma visão interdisciplinar*. Fiocruz, Rio de Janeiro.
- Goldenberg M 2000. *A arte de pesquisar. Como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais*. Ed. Record Rio de Janeiro-São Paulo.
- Guivant SJ 1994. Percepção dos olericultores da Grande Florianópolis (SC) sobre os riscos decorrentes do uso de agrotóxicos. *Ministério do Trabalho Fundacentro* 82(22):47-57.
- Guivant JS 2000. Reflexividade na sociedade de risco: conflitos entre leigos e peritos sobre os agrotóxicos, pp. 280-303. In S Herculano, MFS Porto & CM Freitas (orgs.). *Qualidade de vida e riscos ambientais*. Editora da Universidade Federal Fluminense, Niterói.
- Minayo MCS 1994. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. Hucitec-Abrasco, São Paulo, Rio de Janeiro.
- Moreira JC, Jacob SC, Peres F et al. 2003. Avaliação integrada do impacto do uso de agrotóxicos sobre a saúde humana em uma comunidade agrícola de Nova Friburgo, RJ. *Ciência e Saúde Coletiva* 7(2):299-311.
- Peres F & Rozemberg B 2003. É veneno ou é remédio? Os desafios da comunicação rural sobre agrotóxicos, pp. 327-346. In F Peres, JC Moreira (orgs.), *É veneno ou é remédio? Agrotóxicos, saúde e ambiente*. Editora Fiocruz, Rio de Janeiro.
- Peres F & Moreira JC (org.) 2003. *É veneno ou é remédio? Agrotóxicos, saúde e ambiente*. Fiocruz, Rio de Janeiro.
- Ramos Júnior AN & Carvalho DM 2001. Os diferentes significados da certificação com ferida ao Brasil com o estando livre da Doença de Chagas. *Cadernos de Saúde Pública* 17(6):1403-1412.
- Rozemberg B & Peres F 2003. Reflexões sobre a educação relacionada aos agrotóxicos em comunidades rurais, pp. 367-384. In F Peres, JC Moreira (orgs.). *É veneno ou é remédio? Agrotóxicos, saúde e ambiente*. Fiocruz, Rio de Janeiro.
- Santos M 2003. Saúde e ambiente no processo de desenvolvimento. *Ciência e Saúde Coletiva* 8(1):309-314.
- Serrão MA 2002. Educar para a sustentabilidade. *Educação Ambiental* v. 4. (CD Rom). Editora Senac Nacional, Rio de Janeiro.
- Serrão MA & Gomide M 1997. Archaeology, environmental education and sustainability, pp. 274-277. The Twenty-Sixth Annual Conference of the North American Association For Environmental Education. *Selected Papers*. UBC, Vancouver.
- Slovic P 1987. Perception of risk. *Science* 230:280-285.
- Teixeira RR & Cyrino AP 2003. As ciências sociais, a comunicação e a saúde. *Ciências e Saúde Coletiva* 8(1): 151-172.
- Vieira CV 1995. *Atazina, um poderoso contaminante das águas doces*. Editora Infopan – Rede de Ação aos Agrotóxicos e Busca de Alternativas, Rio de Janeiro.

Artigo apresentado em 31/11/2003

Aprovado em 24/02/2004

Versão final apresentada em 24/02/2004